



“Sistema financeiro terá de arcar com os custos da resolução do BES”

Faria de Oliveira O presidente da APB lamenta “o dano causado à imagem da banca” pela crise do banco.

Maria Ana Barroso

maria.barroso@economico.pt

O relatório da Comissão Europeia sobre a avaliação do programa de assistência financeira a Portugal, divulgado na terça-feira, revelou que o período de vigência da linha de apoio à recapitalização da banca, hoje com 2,5 mil milhões de euros disponíveis, foi prorrogado até 2018. O processo de resolução do BES e as dúvidas ainda existentes quanto à parcela dos 4,9 mil milhões de euros injectados pelo sector bancário no Novo Banco, via Fundo de Resolução, que se irá conseguir recuperar justificam boa parte da decisão.

Confrontado esta semana com a decisão europeia, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) explicou ao Diário Económico, por escrito, porque considera a decisão “um acto de prudência”. Mas acabou por comentar também o caso BES e os efeitos no sector que representa.

Como avalia a APB esta decisão de estender a validade da linha de capitalização da banca?

A estabilidade do sistema financeiro é absolutamente essencial para o cumprimento de uma das missões principais da banca – assegurar o financiamento da economia. Os nossos bancos têm sofrido as consequências da crise financeira e económica que nos atinge há sete anos e, mais fortemente, desde 2010. A sua rentabilidade caiu para valores negativos, em média, devido principalmente ao grande aumento do incumprimento do crédito, traduzido em imparidades (perdas) e reforço de provisões, à desvalorização de activos e à queda significativa da margem financeira.

O reforço dos capitais dos bancos tem permitido absorver estes prejuízos. Mas uma rentabilidade negativa não é, naturalmente, atractiva para os accionistas e outros investidores. Foi essa a principal razão que levou o BCP, o BPI e o Banif a terem de recorrer à linha de recapitalização prevista no PAEF. Mas deve salientar-se que essa utilização vem revestindo um verdadeiro caso “win-win”: os bancos têm vindo a pagar antes dos prazos os montantes de CoCo’s, com uma muito elevada

remuneração para o Estado (sem alternativas equiparáveis), ao mesmo tempo que os bancos cumprem (excedem) rácios de capital, reestruturaram-se e melhoraram as condições de exploração.

Os bancos portugueses realizaram, nos últimos anos, um processo de desalavancagem e de grande reforço de provisões, e os seus balanços devem reflectir com rigor a sua realidade patrimonial. Espera-se que o exercício do “comprehensive assessment” realizado pelo BCE e a EBA (Autoridade Bancária Europeia), que irá revelar se os bancos europeus analisados cumprem os rácios de capital estabelecidos, comprove que a preparação levada a cabo pelos três bancos portugueses envolvidos conduziu aos objectivos visados.

Assim, a decisão de Bruxelas de prorrogar até 2018 o período de vigência da linha de apoio à recapitalização da banca é um acto de prudência (no seu sentido de olhar o futuro) e, como tal, correcta e bem vinda. A conjuntura económica e os eventuais impactos negativos da resolução do BES, recomendam que permaneça esta almofada para ocorrer a situações em que necessidades de aumento de capital dos bancos não possam ser supridas pela iniciativa privada.

Bruxelas diz que o contágio do BES à restante banca parecer estar contido mas admite que a turbulência inerente à resolução do BES possa penalizar as contas dos bancos. Como comenta?

A crise do BES, desencadeada pela sua exposição ao GES, e que levou à medida de resolução aplicada pelo BdP, teve várias consequências. Desde logo, o dano causado à imagem da banca – e do próprio país –, numa altura em que todos estávamos a trabalhar na construção de uma banca mais sólida e confiável, alicerçada nas boas práticas, melhor governação e rigor comportamental e ético. Foi um choque tremendo, quando se procurava recuperar de outros casos deploráveis, embora com características diferentes, recentemente ocorridos (BPN, BPP).

A segunda é que o sistema fi-



“O impacto nos outros bancos da resolução do BES está ainda por determinar”, admite Fernando Faria de Oliveira, presidente da APB.

Paula Nunes

“

A crise do BES, desencadeada pela sua exposição ao GES, teve várias consequências. Desde logo, o dano causado à imagem da banca – e do próprio país –, numa altura em que todos estávamos a trabalhar na construção de uma banca mais sólida e confiável; Foi um choque tremendo”

Fernando Faria de Oliveira
presidente da APB

nanceiro vai ter de arcar com os custos da resolução do BES, num momento em que continua a existir uma pressão sobre a rentabilidade dos bancos. O impacto nos outros bancos da resolução do BES está ainda por determinar. Existem ainda muitas indefinições e incertezas com implicações contabilísticas, prudentiais e fiscais, que irão sendo clarificadas com o tempo.

Trata-se de um caso distinto dos outros processos de resolução ocorridos na Europa, como, por exemplo, na Dinamarca, pois o BES reveste, no caso português, uma relevância sistémica, contrariamente ao que aconteceu com os bancos dinamarqueses.

O mais importante é que o Novo Banco se vá valorizando, depois do impacto inicial, com

inevitável repercussão na sua performance. Ora, o Novo Banco tem um activo de grande peso e valor: a qualidade dos seus quadros, uma cultura muito forte que permitiu que fosse líder no mercado das PME, que importa preservar.

É extremamente importante que o processo corra com sucesso, isto é, que se possa concretizar a venda das suas acções, agora detidas pelo Fundo de Resolução, por um valor justo e consonante com a valia do banco, com a sua história e a sua importância no nosso sistema bancário. Sem dúvida que seria desejável que tal acontecesse o mais rapidamente possível, mas há que conjugar este factor com uma alienação a preço que corresponda à real valia da instituição. ■



“Sistema financeiro terá de arcar com os custos da resolução do BES”

Faria de Oliveira O presidente da APB lamenta “o dano causado à imagem da banca” pela crise do banco.

Maria Ana Barroso

maria.barroso@economico.pt

O relatório da Comissão Europeia sobre a avaliação do programa de assistência financeira a Portugal, divulgado na terça-feira, revelou que o período de vigência da linha de apoio à recapitalização da banca, hoje com 2,5 mil milhões de euros disponíveis, foi prorrogado até 2018. O processo de resolução do BES e as dúvidas ainda existentes quanto à parcela dos 4,9 mil milhões de euros injectados pelo sector bancário no Novo Banco, via Fundo de Resolução, que se irá conseguir recuperar justificam boa parte da decisão.

Confrontado esta semana com a decisão europeia, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) explicou ao Diário Económico, por escrito, porque considera a decisão “um acto de prudência”. Mas acabou por comentar também o caso BES e os efeitos no sector que representa.

Como avalia a APB esta decisão de estender a validade da linha de capitalização da banca?

A estabilidade do sistema financeiro é absolutamente essencial para o cumprimento de uma das missões principais da banca – assegurar o financiamento da economia. Os nossos bancos têm sofrido as consequências da crise financeira e económica que nos atinge há sete anos e, mais fortemente, desde 2010. A sua rentabilidade caiu para valores negativos, em média, devido principalmente ao grande aumento do incumprimento do crédito, traduzido em imparidades (perdas) e reforço de provisões, à desvalorização de activos e à queda significativa da margem financeira.

O reforço dos capitais dos bancos tem permitido absorver estes prejuízos. Mas uma rentabilidade negativa não é, naturalmente, atractiva para os accionistas e outros investidores. Foi essa a principal razão que levou o BCP, o BPI e o Banif a terem de recorrer à linha de recapitalização prevista no PAEF. Mas deve salientar-se que essa utilização vem revestindo um verdadeiro caso “win-win”: os bancos têm vindo a pagar antes dos prazos os montantes de CoCo’s, com uma muito elevada

remuneração para o Estado (sem alternativas equiparáveis), ao mesmo tempo que os bancos cumprem (excedem) rácios de capital, reestruturaram-se e melhoraram as condições de exploração.

Os bancos portugueses realizaram, nos últimos anos, um processo de desalavancagem e de grande reforço de provisões, e os seus balanços devem reflectir com rigor a sua realidade patrimonial. Espera-se que o exercício do “comprehensive assessment” realizado pelo BCE e a EBA (Autoridade Bancária Europeia), que irá revelar se os bancos europeus analisados cumprem os rácios de capital estabelecidos, comprove que a preparação levada a cabo pelos três bancos portugueses envolvidos conduziu aos objectivos visados.

Assim, a decisão de Bruxelas de prorrogar até 2018 o período de vigência da linha de apoio à recapitalização da banca é um acto de prudência (no seu sentido de olhar o futuro) e, como tal, correcta e bem vinda. A conjuntura económica e os eventuais impactos negativos da resolução do BES, recomendam que permaneça esta almofada para ocorrer a situações em que necessidades de aumento de capital dos bancos não possam ser supridas pela iniciativa privada.

Bruxelas diz que o contágio do BES à restante banca parecer estar contido mas admite que a turbulência inerente à resolução do BES possa penalizar as contas dos bancos. Como comenta?

A crise do BES, desencadeada pela sua exposição ao GES, e que levou à medida de resolução aplicada pelo BdP, teve várias consequências. Desde logo, o dano causado à imagem da banca – e do próprio país –, numa altura em que todos estávamos a trabalhar na construção de uma banca mais sólida e confiável, alicerçada nas boas práticas, melhor governação e rigor comportamental e ético. Foi um choque tremendo, quando se procurava recuperar de outros casos deploráveis, embora com características diferentes, recentemente ocorridos (BPN, BPP).

A segunda é que o sistema fi-



“O impacto nos outros bancos da resolução do BES está ainda por determinar”, admite Fernando Faria de Oliveira, presidente da APB.

Paula Nunes

“

A crise do BES, desencadeada pela sua exposição ao GES, teve várias consequências. Desde logo, o dano causado à imagem da banca – e do próprio país –, numa altura em que todos estávamos a trabalhar na construção de uma banca mais sólida e confiável; Foi um choque tremendo”

Fernando Faria de Oliveira
presidente da APB

nanceiro vai ter de arcar com os custos da resolução do BES, num momento em que continua a existir uma pressão sobre a rentabilidade dos bancos. O impacto nos outros bancos da resolução do BES está ainda por determinar. Existem ainda muitas indefinições e incertezas com implicações contabilísticas, prudentiais e fiscais, que irão sendo clarificadas com o tempo.

Trata-se de um caso distinto dos outros processos de resolução ocorridos na Europa, como, por exemplo, na Dinamarca, pois o BES reveste, no caso português, uma relevância sistémica, contrariamente ao que aconteceu com os bancos dinamarqueses.

O mais importante é que o Novo Banco se vá valorizando, depois do impacto inicial, com

inevitável repercussão na sua performance. Ora, o Novo Banco tem um activo de grande peso e valor: a qualidade dos seus quadros, uma cultura muito forte que permitiu que fosse líder no mercado das PME, que importa preservar.

É extremamente importante que o processo corra com sucesso, isto é, que se possa concretizar a venda das suas acções, agora detidas pelo Fundo de Resolução, por um valor justo e consonante com a valia do banco, com a sua história e a sua importância no nosso sistema bancário. Sem dúvida que seria desejável que tal acontecesse o mais rapidamente possível, mas há que conjugar este factor com uma alienação a preço que corresponda à real valia da instituição. ■